
Editorial

Neste sexto número da *Revista de Direito Econômico e Socioambiental* do Programa de Pós-Graduação em Direito (PPGD) da PUCPR, completaram-se três anos de publicação ininterrupta. Vários obstáculos foram superados – desde a escolha da capa até qual modelo de revista a ser adotado e seus parâmetros. O sexto número, por assim dizer, fecha o primeiro ciclo de avaliação.

Como é usual, os artigos são divididos em quatro eixos temáticos, concatenados com as linhas de pesquisa do PPGD. O primeiro eixo trabalha, sob o prisma do Direito Econômico, com a ideia da regulação do comércio internacional, contratos, competitividade e sustentabilidade, exteriorizados pelos artigos: “Desenvolvimento e tratamento especial e diferenciado na OMC: uma abordagem sob a perspectiva da doutrina do *stare decisis* – Parte II”, de Eduardo Saldanha; “O princípio da função social do contrato nas relações empresariais”, de Leonidas Cabral Albuquerque; “A competitividade internacional e a desoneração tributária do trabalho formal no Brasil”, de Lourival José de Oliveira e Renata Calheiros Zarelli; e “A atividade portuária como garantidora do princípio da sustentabilidade”, de Denise Schmitt Siqueira Garcia.

O segundo eixo trabalha com o Direito Comparado, sobre o assédio sexual dentro do Direito do Trabalho, com o artigo “Legal design and reporting harassment: preliminary considerations on the comparative

efficacy of U.S. and Brazilian sexual harassment law”, de Augustus Bonner Cochran III.

O terceiro eixo trabalha dentro da expressão Estado e sociedades, com o papel jurisdicional, exteriorizada nos artigos: “A legitimidade democrática das decisões proferidas pelo Tribunal Constitucional Alemão: a constitucionalidade do ‘Mecanismo Europeu de Estabilidade’”, de Daniella Maria Pinheiro Lameira; “Elementos da teoria keynesiana para uma reflexão sobre a intervenção jurídica estatal”, de Paulo Ricardo Opuszka e Silvia Fráguas; e “Psicologia do juiz”, de Graziella Ambrosio.

Finalmente, temos o quarto eixo, com base socioambiental, trazendo o artigo “O princípio da proibição do retrocesso socioambiental e o ‘novo’ Código Florestal”, de Euseli dos Santos.

São artigos atuais e de importante contribuição da Academia às questões prementes de uma sociedade em transformação.

Boa leitura,

Luís Alexandre Carta Winter
Márcia Carla Ribeiro
Marco Antonio César Villatore
Editores